

# **CARTA ABERTA DE COMPROMISSOS ÀS PRÉ-CANDIDATAS E PRÉ-CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS DE 2026**

## **Garantia de Sustentabilidade e Inclusão para um Futuro Justo**

O **Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas** atua na região dos municípios de Piranhas, Olho d'Água do Casado, Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca, Mata Grande, Inhapi e Canapi, congregando entidades do poder público municipal e organizações da sociedade civil organizada, com ênfase nas comunidades tradicionais e agricultura familiar. Diante os resultados das eleições de 2024, solicitamos um diálogo com as candidatas e candidatos a prefeita, prefeito, vereadora e vereador, **ELEITOS** destacando a importância de abordar questões críticas para o desenvolvimento sustentável e justo da nossa região e do país.

**Considerando que:** A promoção da equidade de gênero, raça e povos tradicionais, o desenvolvimento agroecológico, o turismo regenerativo, o uso de energias renováveis, justiça climática e a gestão ambiental eficaz são essenciais para garantir a qualidade de vida e a sustentabilidade no Brasil. É imperativo que os compromissos políticos abordem essas questões de forma integral para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

**REQUEREMOS dos ELEITOS candidatos e candidatas a prefeita, prefeito, vereadora e vereador o compromisso com a seguinte Agenda:**

### **1. Política de Gênero, Raça, Jovens e Povos Tradicionais:**

- Priorizar a criação e execução de políticas públicas que promovam a equidade de gênero, garantindo o acesso igualitário das mulheres a direitos fundamentais como educação, saúde, emprego e participação política. Isso inclui a implementação de programas que combatam a violência contra a mulher, promovam a inserção feminina em setores econômicos estratégicos e incentivem a igualdade salarial.
- Desenvolver ações afirmativas para combater o racismo e a discriminação estrutural, garantindo oportunidades justas para minorias étnicas, como pessoas negras, indígenas e quilombolas, tanto no acesso a empregos formais quanto na participação em processos de tomada de decisão. Assegurar que comunidades

tradicionais tenham acesso a serviços públicos e benefícios sociais, respeitando suas especificidades culturais.

- Implementar políticas que valorizem os saberes históricos e endêmicos das comunidades tradicionais, incluindo a promoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais, em consonância com os conhecimentos locais. Garantir que essas comunidades tenham voz na definição de políticas territoriais e ambientais, protegendo sua cultura e incentivando o seu desenvolvimento de forma autônoma.
- Criar mecanismos para garantir a participação equitativa de mulheres e minorias étnicas em cargos de liderança e decisão política, através de cotas e incentivos em espaços de poder. Isso assegura que as políticas públicas representem de fato a diversidade da sociedade, promovendo uma gestão mais inclusiva e responsável.
- Estabelecer políticas públicas que coloquem os jovens no centro das decisões sobre o futuro, com foco em sua capacitação técnica e cidadã para liderar projetos comunitários, ambientais e econômicos. Promover espaços de participação ativa, como conselhos de juventude e fóruns intersetoriais, para assegurar que os jovens possam contribuir com soluções inovadoras e sustentáveis, com especial atenção aos jovens de comunidades rurais e tradicionais.

## **2. Política de Desenvolvimento Agroecológico:**

- Promover a agroecologia como eixo central das políticas agrícolas, visando não apenas o aumento da produtividade, mas também a preservação dos recursos naturais e a regeneração dos ecossistemas. A agroecologia deve ser vista como uma ferramenta para garantir a segurança alimentar, promover a biodiversidade, e mitigar os impactos das mudanças climáticas no meio rural.
- Desenvolver programas de capacitação técnica continuada voltados para práticas agroecológicas, garantindo que pequenos agricultores tenham acesso a conhecimentos e tecnologias que favoreçam a produção sustentável. Estimular a criação de redes de cooperativas de agricultura familiar que promovam o compartilhamento de recursos, o comércio justo e a comercialização de produtos agroecológicos em mercados locais e regionais.
- Criar incentivos fiscais e de crédito para produtores agroecológicos, facilitando o acesso a linhas de financiamento específicas para práticas sustentáveis. Estimular políticas de compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar agroecológica, de modo a fortalecer a economia local e reduzir a dependência de alimentos oriundos de cadeias industriais e com alto custo ambiental.

- Revisar as legislações agrárias e ambientais para assegurar que os territórios rurais sejam protegidos e que a agricultura de base agroecológica receba o devido apoio institucional. Promover a regularização fundiária para garantir que pequenos agricultores tenham segurança jurídica sobre suas terras, o que facilita a implementação de práticas sustentáveis e a preservação de ecossistemas locais.
- Implementar políticas que promovam a proteção dos territórios rurais e garantam que esses espaços sejam preservados da degradação ambiental e da especulação imobiliária. Incentivar práticas de manejo sustentável da terra, como a rotação de culturas, o uso de biofertilizantes e o reflorestamento com espécies nativas, promovendo a conservação do solo e a preservação das águas locais.

### 3. Turismo Regenerativo:

- Desenvolver e apoiar iniciativas de turismo regenerativo que respeitem, preservem e valorizem a biodiversidade local, promovendo simultaneamente a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável, com foco na restauração dos ecossistemas e na geração de benefícios para as comunidades.
- Criar políticas públicas que incentivem a participação ativa das comunidades locais na gestão e nos benefícios gerados pelas atividades turísticas, garantindo que essas populações sejam protagonistas no processo e colham os frutos econômicos e sociais dessas iniciativas.
- Desenvolver uma política de Turismo de Base Comunitária na região, com roteiros específicos que integrem e conectem os municípios vizinhos, promovendo o intercâmbio cultural e a valorização das riquezas naturais e socioculturais do Alto Sertão, criando um circuito de turismo sustentável e inclusivo.

### 4. Energias Renováveis, Transição Energética Justa, Popular e Inclusiva:

- **Inclusão das comunidades locais:** Assegurar que as comunidades impactadas por projetos de energias renováveis sejam consultadas e envolvidas nas decisões, respeitando a biodiversidade, cultura e economia local.
- **Preservação ambiental e cultural:** Garantir que os projetos respeitem o meio ambiente e as tradições culturais, com medidas de mitigação de impactos em ecossistemas sensíveis.

- **Tecnologias sustentáveis:** Promover a adoção de tecnologias limpas, como energia solar e eólica, com políticas que ampliem o acesso para comunidades vulneráveis e rurais.
- **Geração de emprego e renda:** Capacitar as comunidades para atuar nos projetos de energias renováveis, gerando emprego e renda locais através da instalação e manutenção dos sistemas.
- **Redução de custos energéticos:** Implementar tarifas sociais e subsídios para reduzir os custos de energia em regiões vulneráveis, promovendo inclusão e desenvolvimento sustentável.
- **Expansão da matriz energética:** Ampliar o uso de energias renováveis, com foco na descentralização e redução da dependência de fontes fósseis, beneficiando as comunidades.
- **Governança participativa:** Criar conselhos comunitários para monitorar e gerir os projetos de energia renovável, garantindo distribuição justa dos benefícios.
- **Parcerias e financiamento:** Fomentar parcerias entre governos, empresas e comunidades para financiar projetos que promovam justiça social e sustentabilidade na transição energética.
- **Microgeração energética distribuída:** Incentivar a geração local de energia limpa em pequena escala, como a instalação de painéis solares em residências e em áreas já degradadas.

#### 5. Sistema de Gestão Ambiental e Mudanças Climáticas:

- Fortalecer os órgãos ambientais, garantindo independência e recursos adequados para a fiscalização e licenciamento ambiental, com foco na transparência e no equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.
- Implementar um plano de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, incluindo incentivos fiscais para setores de baixa emissão e controle rigoroso das emissões atmosféricas.
- Promover a restauração florestal e a compensação ambiental por meio de parcerias, créditos de carbono e pagamento por serviços ambientais.
- Criar sistemas de monitoramento ambiental em tempo real, com dados públicos para garantir a participação social na fiscalização.
- Implementar programas de educação climática, engajando a sociedade na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

#### 6. Desenvolvimento Social e Solidário:

- Implementar e apoiar políticas voltadas para a economia solidária, com a criação de centros públicos dedicados à capacitação e ao

fortalecimento de cooperativas e associações locais, incentivando o desenvolvimento de negócios comunitários.

- Estabelecer e fortalecer conselhos e fundos de economia solidária, garantindo a participação ativa das comunidades e promovendo o controle social sobre a formulação e execução de políticas públicas.
- Desenvolver uma rede de Economia Circular que conecte as diversas iniciativas do território, assegurando a comercialização sustentável e contínua dos produtos locais e fomentando a cooperação entre produtores.
- Valorizar os produtos locais nas compras públicas, ampliando essa prática para além da obrigatoriedade legal, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico regional e estimular a economia local.

## **7. Justiça Climática e Combate à Desertificação:**

- Garantir total transparência nas decisões relacionadas às políticas climáticas e aos investimentos ambientais, assegurando que a população tenha acesso às informações e possa participar ativamente dos processos de tomada de decisão.
- Promover a educação climática em todos os níveis de ensino, capacitando cidadãos e comunidades a compreenderem os desafios climáticos e a participarem de soluções para mitigação e adaptação.
- Apoiar a criação de fundos específicos e políticas públicas voltadas para o combate à desertificação, com foco especial na conservação do solo e da água, priorizando ações no Alto Sertão de Alagoas, onde os efeitos são mais severos.
- Fomentar a coordenação e cooperação entre as diversas esferas de governo (municipal, estadual e federal), além de buscar parcerias internacionais para ampliar as ações de justiça climática, garantindo soluções integradas e eficazes para enfrentar os impactos das mudanças climáticas na região.

## **8. Água no Sertão de Alagoas**

- Promover o uso eficiente das águas do Canal do Sertão, assegurando que o empreendimento hídrico cumpra sua função social e beneficie as comunidades locais, com especial foco na democratização do acesso à água para agricultura familiar, consumo humano e outras atividades essenciais ao desenvolvimento regional.
- Fortalecer a Gestão do Canal do Sertão que tenha o seu objetivo social de beneficiar a comunidade

## **9. Pautas Locais e Prioritárias para o Alto Sertão de Alagoas:**

- Propor a criação de um auxílio emergencial voltado aos agricultores familiares que enfrentam perdas devido a eventos climáticos extremos
- Fortalecer e expandir o Programa Garantia Safra, garantindo maior segurança econômica e apoio aos produtores rurais afetados por secas e outros desastres.
- Incentivar a educação ambiental nas comunidades e escolas locais, promovendo uma cultura de preservação e sustentabilidade
- Apoiar a criação e expansão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) como forma de conservar a biodiversidade e os ecossistemas do Alto Sertão.
- Desenvolver e implementar um plano intermunicipal de enfrentamento às mudanças climáticas, visando ações coordenadas entre os municípios para mitigação dos impactos climáticos, adaptação das infraestruturas locais e preservação dos recursos naturais.
- Criar e estruturar bancos de sementes locais, com o objetivo de preservar a biodiversidade agrícola, resgatar espécies nativas e promover a segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar e as práticas agroecológicas na região.
- Apoiar a metodologia de Crédito de Carbono Integral: Bio-Sócio-Hidro-Energético da Caatinga e do Rio São Francisco.

O futuro do Brasil e do Alto Sertão de Alagoas depende do comprometimento com a gestão ambiental responsável, a justiça social e a inclusão de todas as comunidades. A responsabilidade institucional e a competência técnica são fundamentais para a preservação dos nossos recursos naturais e para a construção de um desenvolvimento sustentável e equitativo. Solicitamos que os candidatos e candidatas a cargos eletivos de 2024 adotem estes compromissos em suas agendas políticas e articulações futuras.

Atenciosamente,

Eu candidata/o assino e me comprometo com a presente carta e os compromissos.

Organizações que assinam a CARTA ABERTA DE COMPROMISSOS ÀS  
PRÉ-CANDIDATAS E PRÉ-CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS DE 2026

- Colegiado Territorial do Alto Sertão de Alagoas
- BASE de Apoio da Caatinga do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima
- Associação dos Produtores de Crédito de Carbono Social do Bioma Caatinga
-